

Sociedade deve fiscalizar aplicação dos royalties

Participação do cidadão é imprescindível para coibir abusos de alguns prefeitos no emprego do dinheiro repassado aos cofres municipais

NO MOMENTO EM que o Senado começa a discutir o polêmico projeto (PLS 5.938/09) que altera os critérios para a distribuição aos estados e aos municípios dos recursos dos royalties do petróleo e da chamada participação especial, a seção Especial Cidadania foi verificar como se fiscaliza a aplicação dessa fatia do dinheiro público pelas prefeituras. O resultado é preocupante.

A partir de 2003, por força de um acórdão do Supremo Tribunal Federal referente ao Mandado de Segurança 24.312, impetrado pelo Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, a competência para fiscalizar as prefeituras que recebem royalties do petróleo ficou exclusivamente nas mãos desses tribunais estaduais. Pela decisão, o Tribunal de Contas da União (TCU) ficou impedido de inspecionar o que os prefeitos fazem com esses repasses.

A atuação do TCU, segundo técnicos do tribunal, ficou restrita a checar as informações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre a arrecadação e distribuição dos royalties e das outras participações governamentais, como a especial,

que é partilhada com estados e municípios. O TCU cruza essas informações com os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e os recursos repassados pelo agente financeiro, o Banco do Brasil.

Como falta transparência à contabilidade de muitos mu-

nicipios que recebem royalties e participação especial, o que dificulta o trabalho de auditoria dos tribunais de contas (ver nesta página), o papel do cidadão torna-se imprescindível para coibir abusos de alguns prefeitos. No município fluminense de Rio das Ostras, o prefeito gastou, em 2004, R\$ 12 milhões para reformar o calçadão da orla com piso de porcelanato, tornando-se até

hoje a história mais contada sobre o mau uso do dinheiro dos royalties do petróleo.

O consultor Paulo Viegas, um dos especialistas do Senado na área de petróleo, estima que, se as reservas no pré-sal alcançarem 100 bilhões de barris, o potencial de distribuição de royalties aos estados e municípios pode atingir US\$ 600 bilhões ao longo do período de exploração, considerando o

preço médio de US\$ 60 o barril. “É fundamental o controle social sobre a aplicação desse dinheiro”, recomenda.

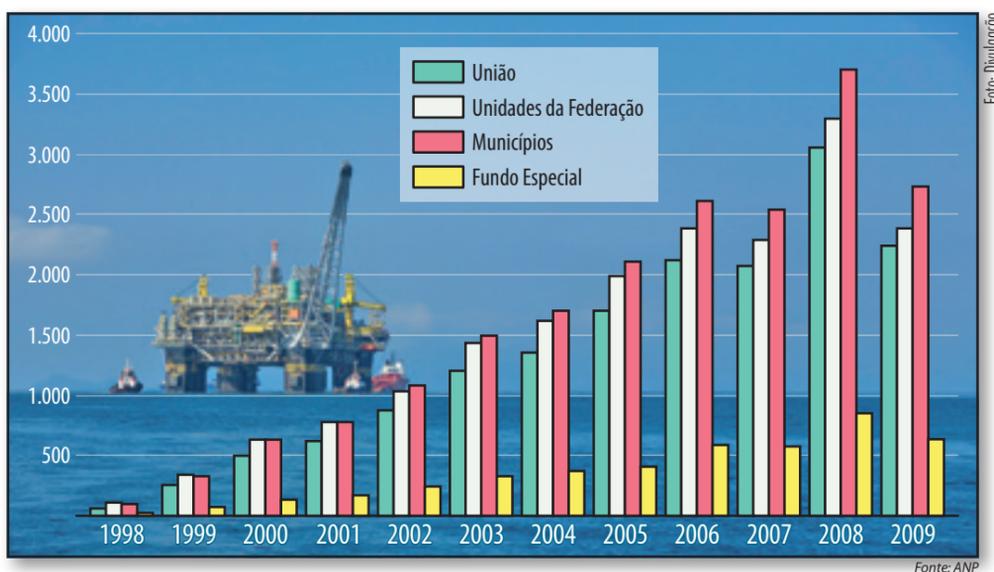
São importantes algumas dicas sobre como contribuir para esse controle. Na hora da execução orçamentária, o cidadão deve acompanhar a prestação de contas do município, a execução física dos projetos e denunciar qualquer irregularidade aos tribunais de contas.

► **ROYALTIES – SÃO** um tipo de compensação financeira devida ao estado pelas empresas concessionárias produtoras de petróleo e gás natural. São distribuídos a estados, municípios, Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundo Especial administrado pelo Ministério da Fazenda.

► **PARTICIPAÇÃO ESPECIAL – É** a compensação financeira a ser paga pela exploração e produção de petróleo ou gás quando houver grande volume de produção ou grande rentabilidade. Para calcular o valor dessa participação, são aplicadas alíquotas progressivas sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo.

A divisão dos royalties

Como ficou a distribuição dos valores a serem pagos pela produção de petróleo e gás natural ao longo dos últimos dez anos (em milhões de reais)



Falta de transparência dificulta auditoria de prefeituras

Uma das principais dificuldades que os tribunais de contas estaduais encontram para fiscalizar as prefeituras que recebem royalties do petróleo é a falta de transparência na contabilidade municipal. Tanto o Tribunal de Contas de São Paulo quanto o do Rio informaram ao **Jornal do Senado** que recomendam aos municípios que mantenham conta bancária vinculada a esses recursos para que possam ser controlados e fiscalizados. Mas nem sempre isso é observado.

Em São Sebastião, um dos municípios paulistas que mais recebem royalties do petróleo – R\$ 37 milhões em 2009, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) –, a auditoria do TCE de São Paulo vem alertando desde 2004 para a necessidade de uma conta determinada, afirmou o diretor-geral do tribunal, Sérgio Rossi.

Na prestação de contas do município de 2007, examinada no ano passado – esse intervalo de tempo é autorizado legalmente –, São Sebastião continuava sem ter conta em separado, dificultando a fiscalização. “Os royalties misturam-se a outros recursos dos municípios”, explicou Rossi. A prefeitura avisou ao TCE que abriu a conta. Mas isso só será comprovado este ano, quando será examinada a prestação de contas de 2008.

Problema semelhante foi detectado pelo TCE em outros municípios paulistas aquinhoados com os royalties, como Bertioga, Ilha Bela e Pindamonhangaba. Em Bertioga, que recebeu R\$ 15,41 milhões em 2009, conforme dados da ANP, o relatório da auditoria do TCE identificou na prestação de contas de 2007 a ausência de planejamento, controle e avaliação da execução do orçamento do município, com várias falhas consideradas graves.

Em Ilha Bela, que obteve de royalties R\$ 14,33 milhões em 2009, a auditoria detectou, entre outras irregularidades, o desvio desses recursos para pagamento de pessoal, o que é vedado por lei (artigo 8º da Lei 7.990/89, com alteração introduzida pela Lei 8.001/90). Para aprimorar o trabalho da auditoria sobre os royalties do petróleo, o tribunal estadual introduziu, segundo Rossi, um capítulo específico dentro dos relatórios para avaliar e fiscalizar a aplicação dos recursos.

Mobilização popular impediu construção de pirâmide

A mobilização de moradores de Paulínia, no interior de São Paulo, onde fica uma das principais refinarias da Petrobras, tornou-se exemplo de que a fiscalização popular pode ajudar no combate ao mau uso e desvio de recursos públicos. Criada em maio de 2005, a Associação de Moradores e Amigos de Paulínia (Ama-Paulínia), atualmente com 85 filiados, conseguiu impedir que o prefeito na época, Edson Moura (PMDB), construísse uma pirâmide de vidro de 20 metros de altura, batizada de Manto de Cristal.

Integrada às obras de revitalização do centro da cidade, orçadas inicialmente em R\$ 114,8 milhões, a pirâmide cobriria alguns prédios históricos, como a capela São Bento, um museu, a casa paroquial e a casa da banda. “Entramos na Justiça em 2005 e a obra está embargada até hoje”, afirmou o presidente da Ama-Paulínia, Valmor Amorim. Ele estima que o projeto de modernização alcance R\$ 145 milhões com os aditamentos ao contrato original.

Embora a prefeitura não receba royalties do petróleo nem parti-

cipação especial, a sua principal fonte de receita vem do repasse ao município da parcela do ICMS. Amorim calcula que esse dinheiro corresponda entre 80% e 85% das receitas do município. Boa parte dessas verbas iria para o Manto de Cristal.

Já a Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo), entidade considerada pioneira no combate à corrupção municipal, conseguiu cassar dois prefeitos desse município do interior paulista e tornou-se modelo para criação de outras entidades.



Principal fonte de receita da prefeitura de Paulínia vem do repasse ao município da parcela do ICMS recolhido pela refinaria

Saiba mais

Agência Nacional do Petróleo

www.anp.gov.br

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br/

Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo)

www.amarribo.org.br

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

www.tce.rj.gov.br/

Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

www.atricon.org.br/



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL